

Primeira Mão

Edição Especial 1110

FUP – Filiada à CUT e CNQ

Outubro/2013

Outubro de 2013 Uma campanha histórica!



Acordo conquistado na luta teve mais de 80% de aceitação

Ps. 02 e 03

Greve comprova poder de organização dos petroleiros

Ps. 04, 05 e 06

Leilão de Libra na contramão da soberania

Ps. 07 e 08

Acordo conquistado na greve tem 80% de aprovação



A greve de uma semana protagonizada pelos petroleiros, com redução de produção em diversas unidades do Sistema Petrobrás, arrancou um dos melhores Acordos Coletivos de Trabalho dos últimos anos, que resolve questões históricas e estruturantes da categoria. As assembleias aprovaram o ACT 2013/2015 com uma média de 80% de aceitação, sendo que em várias bases da FUP a proposta conquistada teve mais de 90% de aprovação dos trabalhadores. Em algumas unidades, a votação foi unânime.

Ao transformar a greve no principal enfrentamento ao leilão de Libra, a categoria politizou a campanha reivindicatória, assim como fez em maio de 1995, quando enfrentou por 32 dias a truculência do governo FHC e impediu a privatização da Petrobrás. Novamente, os petroleiros provaram que é na luta que se avança e que se disputa os rumos da nossa sociedade.

A força da greve de outubro de 2013 foi fundamental para conquistar um acordo com avanços significativos para os trabalhadores próprios e terceirizados, bem como aposentados e pensionistas. Antes da greve, a empresa sequer tinha respondido à pauta de reivindicações da categoria. Na luta, os

trabalhadores fizeram a empresa elevar o reajuste de 7,68% para 8,56% e assumir o compromisso de que não punirá os grevistas. Metade dos dias parados na greve será abonado e a outra metade compensada, sem reflexos para os trabalhadores.

O fundo garantidor para os trabalhadores terceirizados, uma das principais conquistas desta campanha, será fundamental para fortalecer a luta do movimento sindical brasileiro contra o PL 4330. O acordo conquistado também garantiu avanços importantes para os aposentados e pensionistas, como o atendimento do pleito histórico da FUP de isonomia dos três níveis salariais recebidos pela ativa nos acordos de 2004, 2005 e 2006. Antes da greve, a proposta da Petrobrás

era de remeter essa reivindicação para uma comissão se posicionar em 180 dias. Agora os níveis serão pagos, através de acordos judiciais para todos os assistidos da Petros que tenham ações transitadas em julgado com decisões favoráveis.

O acordo garantiu ainda a AMS para os aposentados e pensionistas da Transpetro, assim como para os trabalhadores da Petrobrás Biocombustível. Outra conquista importante foi a reformulação do benefício farmácia, que passará a custear integralmente os medicamentos para todos os petroleiros, inclusive das subsidiárias. Em contrapartida, os beneficiários terão um desconto fixo mensal com valores entre R\$ 2,36 e R\$ 14,17, de acordo com a faixa de renda.

SMS: retórica x prática

Apesar do Acordo Coletivo garantir avanços significativos para a categoria, as cláusulas de saúde e segurança continuam aquém das principais reivindicações dos trabalhadores. A Petrobrás elencou em sua carta de encaminhamento 21 propostas referentes ao SMS, mas nenhuma delas de fato aponta para mudanças estruturais na política de segurança. A empresa segue na velha retórica marqueteira, enquanto os trabalhadores continuam correndo riscos nas unidades operacionais.

Conquistas do Acordo Coletivo 2013/2015

Ganhos econômicos

- Reajuste de 6,09% das tabelas de salário básico.
- Reajuste de 8,56% na RMNR, o que representa ganho real entre 1,82% e 2,36%.
- Abono salarial de uma remuneração, sendo que o menor valor pago será de R\$ 7.200,00.
- Reajuste de 8,56% dos adicionais, gratificações, benefícios educacionais e do Programa Jovem Universitário.
- Reajuste de 10,24% do auxílio alimentação.
- Extensão para os aposentados e pensionistas dos três níveis conquistados pelos trabalhadores da ativa nos acordos de 2004, 2005 e 2006. A efetivação dessa conquista será através de celebração de acordos nos autos das ações transitadas em julgado, com decisões favoráveis. Para os demais casos, a Petrobrás apresentará uma proposta em até 180 dias.
- Pagamento de 100% das horas extras dos trabalhadores da manutenção e do regime administrativo.
- Pagamento das horas extras do feriado de 21 de abril para os trabalhadores em regimes especiais, garantindo, assim, a retomada das dobradinhas (extra-turno) de todos os feriados nacionais laicos.

Dias parados

- Abono de metade dos dias parados e compensação do restante, com o compromisso da Petrobrás e subsidiárias de que não haverá reflexos dos dias parados, nem punições contra os grevistas.

Terceirização

- Implementação do fundo garantidor, através do compromisso da Petrobrás exigir das empresas prestadoras de serviço caução, seguro garantia ou depósito bancário no valor equivalente entre 1% e 5% do montante global do contrato.
- Garantir que todos os postos de fiscalização de contratos sejam exercidos por trabalhadores próprios.

PCAC

- Implementação a partir de julho de 2014 do avanço automático de Plano para Sênior nas carreiras de nível médio no final da faixa, nos mesmos moldes do que já é praticado para os trabalhadores Júnior.

Benefício Farmácia

- A Petrobrás concordou com o pleito da FUP de custeio integral dos medicamentos para todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas. A empresa cobrará um desconto fixo mensal de R\$ 2,36 a R\$ 14,17, de acordo com a faixa de renda. A Transpetro e a Petrobrás Biocombustível se comprometem a implementar o benefício para todos os seus trabalhadores, inclusive aposentados e pensionistas.
- O desconto fixo mensal será feito por dependente e titular, no sistema de mutualismo. Os aposentados serão os maiores beneficiários, já que, normalmente, consomem mais medicamentos do que os petroleiros mais jovens.
- O programa contará com vários serviços, como entrega em domicílio, aviso através do celular do horário de tomar o remédio, acompanhamento no site do benefício farmácia e várias outras informações úteis para a saúde. Caso o usuário vá a médicos diferentes e esses receitem remédios que sejam incompatíveis, o beneficiário será avisado sobre o problema.
- Outro benefício importante é o que garantirá reembolso em sete dias para os medicamentos adquiridos em farmácias que não sejam credenciadas ao programa. Atualmente, o reembolso leva 60 dias.

Vale Alimentação/Vale Refeição

- Os trabalhadores dos prédios administrativos, que não têm refeitórios, poderão optar em ficar com o atual benefício, que é o Auxílio Alimentação, que foi reajustado para R\$ 769,56, ou mudar para o Vale Refeição (cartão para carregamento de crédito), no valor de R\$ 831,16, e ainda receberá outro cartão de Vale Alimentação, para o qual poderá transferir parte do crédito do Vale Refeição (até 80% do valor). O Vale Refeição corresponde a um reajuste de 19,06%, em relação ao antigo valor do Auxílio Refeição. Além disso, ao optar pelo Vale Refeição, o trabalhador não sofrerá desconto de imposto, tendo assim um ganho maior.

AMS

- Implantação de auxílio cuidador, na forma de reembolso de um salário mínimo nacional, para beneficiários incapacitados por deficiência, inscritos no Programa de Assistência Especial (PAE).
- Implantação de auxílio cuidador na forma de reembolso de um salário mínimo nacional para o beneficiário idoso com mais de 60 anos de idade, que esteja com suas capacidades funcionais comprometidas (mobilidade, higiene, alimentação,

- uso de medicamento), comprovadas através da Medida de Independência Funcional (MIF) do Ministério da Saúde.
- Concessão de até 100 glicofitas por mês para pacientes diabéticos insulino-dependentes, com reembolso custeado pelo Pequeno Risco.
- Alterações na estrutura do Plano 28, previamente acordadas com os representantes dos trabalhadores, com a finalidade de atender aos pleitos sindicais e às exigências da Agência Nacional de Saúde, que não permite tratamentos diferenciados entre beneficiários de um mesmo plano.
- Extensão da AMS para os aposentados, pensionistas (e seus dependentes) da Transpetro e da Petrobrás Biocombustível até junho de 2014.
- Reajuste médio de 28% das tabelas de odontologia para adequação dos valores aos praticados no mercado.

Benefícios

- Extensão do Programa Jovem Universitário para todos os cursos de nível superior e ampliação para mais um mês em cada semestre da cobertura das despesas com compras de livros dos estudantes de universidades privadas.
- Licença paternidade de 10 dias, extensão da licença maternidade para as mães de prematuros pelo mesmo período em que o bebê permanecer internado após o parto
- Extensão do auxílio creche para empregados com filhos de 3 meses a 36 meses de idade, a partir de janeiro 2014.
- Extensão da licença maternidade para mães de prematuros pelo mesmo período em que o bebê permanecer internado após o parto. Essa conquista já passa a valer no momento da assinatura do ACT para as licenças já em curso.

Petros

- Plano Petros-2 - a Petrobrás implantará alternativa, opcional ao participante, para reduzir o impacto da defasagem de implantação entre o Plano Petros 2 e a opção pelo BPO, considerando a diferença das contribuições realizadas nesse período.
- A Petrobrás Biocombustível se compromete a tomar todas as providências necessárias para viabilizar o pagamento, em 2014, do serviço passado aos empregados que ingressaram no Plano Petros-2 até 90 dias após a sua implantação na empresa.
- Compromisso da Petrobrás em envidar todos os esforços necessários para restabelecimento do convênio com o INSS para pagamento dos benefícios da Petros.

Regimes e jornadas

- Elaboração, na Comissão de Regimes, de um acordo nacional para os trabalhadores que atuam nas paradas de manutenção.
- A Petrobrás se compromete a implementar em 90 dias ação para que nenhum trabalhador de regime especial seja negativamente na volta das férias.
- Implantação de novas regras para o horário flexível em que o excedente ao limite de 112 horas seja pago como hora extra. O saldo negativo superior a 32 horas poderá ser compensado num prazo de 90 dias.
- Restringir as viagens a serviço para que ocorram somente durante a jornada de trabalho. Quando não for possível, serão limitadas a no máximo 4 horas e pagas como HE.

Anistia

- Será constituída uma comissão paritária (trabalhadores e empresa) para acompanhar os processos em tramitação dos anistiados do Sistema Petrobrás, visando agilizar o retorno desses trabalhadores.

Assédio moral

- Petrobrás produzirá e disseminará materiais informativos voltados para a prevenção de práticas de assédios moral e sexual, bem como discriminação de gênero e étnico/racial.

Mobilidade

- Nas situações de transferência, a Petrobrás compatibilizará as necessidades dos trabalhadores com as da empresa, de forma a priorizar a unidade familiar.

Diversidade

- Garantia para trabalhadora grávida ou que esteja amamentando exerça suas atividades em áreas fora de risco relacionado à gravidez ou ao aleitamento, sem prejuízo dos seus adicionais e/ou condições de trabalho.
- Implementação do Programa de Abordagem à Deficiência na Gestão de Pessoas, visando melhorias das condições de trabalho e inclusão dos empregados com deficiência. A Petrobrás também concordou em discutir as demandas dos trabalhadores com deficiência na Comissão de Acompanhamento do Acordo Coletivo.





Zero hora do dia 17 de outubro de 2013. De norte a sul do país, com exceção dos quatro sindicatos que não são filiados a FUP, os petroleiros paralisam as atividades no Sistema Petrobrás, atendendo ao indicativo da Federação. Em algumas refinarias e terminais, os trabalhadores já haviam suspenso a troca de turno uma hora antes. Começava ali uma das mais emblemáticas greves da história da categoria, cuja intensidade se assemelhou a maio de 1995.

Uma luta que não se esgota com o leilão de Libra.



Exército faz ronda na Refinaria do Paraná

Foram sete dias de enfrentamento, com a produção reduzida em diversas unidades da Petrobrás e subsidiárias. Um movimento político, em plena campanha reivindicatória, que extrapolou a pauta corporativa e se transformou no maior enfrentamento da sociedade brasileira ao leilão de Libra.

Nas plataformas, refinarias, terminais, campos terrestres, termoelétricas e usinas de biodiesel, os trabalhadores resistiram à truculência das gerências e enfrentaram a pelegagem das equipes de contingência. A greve se fortalecia a cada instante, ganhando novas adesões e unindo petroleiros de diferentes gerações.

Mesmo após a decisão equivocada do governo de manter o leilão de Libra, petroleiros de base e as direções sindicais não se deixaram abater e intensificaram a greve. Os petroleiros, mais uma vez, deram exemplo de politização, conquistando corações e mentes de brasileiros e brasileiras sobre a importância estratégica do petróleo para a soberania nacional.

Polícia para quem precisa

Os gestores da Petrobrás fizeram de tudo para tentar desestabilizar os trabalhadores e as lideranças, utilizando táticas já conhecidas pela categoria. Como na greve de maio de 1995, a empresa recorreu à polícia e até mesmo às forças armadas para tentar intimidar os petroleiros.

Navios de guerra da Marinha estiveram de prontidão no Terminal de Solimões, no Amazonas, onde 100% dos trabalhadores aderiram à greve. No Paraná, caminhões do Exército rondaram a Repar, repletos de soldados, numa clara tentativa de intimidação.

Em diversas unidades, as gerências convocaram a polícia para escoltar equipes de contingência, disponibilizando carros, barcos e helicópteros para transportar os pelegos. Até mesmo juízes e desembargadores foram acionados pela Petrobrás para expedir interditos proibitórios, com multas exorbitantes contra os sindicatos. Na Bahia, a multa imposta foi de R\$ 500 mil por cada dia de descumprimento

do interdito. Houve casos de juízes serem enviados de helicóptero para as portas das unidades, buscando "agilizar" a retomada da produção pelas equipes de contingência.

Cárcere privado

Inúmeras foram as denúncias dos trabalhadores sobre a prática de cárcere privado nas unidades operacionais do Sistema Petrobrás. Os sindicatos recorreram à Justiça e ao Ministério Público do Trabalho e até mesmo à Polícia Federal para exigir a liberação dos petroleiros retidos nas refinarias, terminais e plataformas.

Na Bacia de Campos, os petroleiros protestaram contra a decisão da 1ª Vara do Trabalho de Macaé, que negou liminar impetrada pelo Sindipetro-NF para desembarcar os trabalhadores que foram mantidos em cárcere privado nas plataformas. Os petroleiros responderam com uma manifestação pública, denunciando para a sociedade a decisão arbitrária, assim como fizeram nas greves de 1992 e 1995, quando deram cartão vermelho para o TST e levaram um jegue para a porta do tribunal.



Protesto contra a arbitrariedade da Justiça do Trabalho em Macaé

Bases da FUP dão exemplo de luta



Amazonas – Reman, Terminal de Solimões, Terminal de Manaus e unidades administrativas



Rio Grande do Norte – 22 plataformas marítimas, Polo Industrial de Guamaré, Refinaria Potiguar Clara Camarão, Alto do Rodrigues, Campo do Amaro, Riacho da Forquilha, Base 34, Campo de Estreito



Ceará – Lubnor, Usina de Biodiesel de Quixadá, Fazenda Belém e plataformas



Pernambuco/Paraíba – Refinaria Abreu e Lima, Terminal de Suape, Terminal de Jaboatão



Bahia – Rlam, Fafen, Ediba, Temadre, Ativo Norte, Miranga, Bálsamo, Araçás, Taquipe, Buracica, Candeias, Usina de Biodiesel de Candeias



Espírito Santo – UTGC, fazenda Alegre, fazenda Cedro, SM-8



A greve nas bases da FUP



Minas Gerais – Regap, Usina de Biodiesel de Montes Claros e Termoe-létrica Aureliano Chaves



Duque de Caxias – Reduc, Terminal de Campos Elíseos e Termorio



Norte Fluminense – 42 plataformas da Bacia de Campos Terminal de Cabiúnas



Unificado-SP – Replan, Recap, Terminais de Guararema, Barueri, Guarulhos, São Caetano, Estação de Suzano



Paraná/Santa Catarina – Repar, Six, Terminais de Paranaguá, Guar-amirim, Itajaí, São Francisco do Sul e Biguaçu



Rio Grande do Sul – Refap, Terminais de Osório, Canoas e Rio Grande



Destino de Libra na contramão da soberania

Brasil perdeu 60% do maior campo de petróleo da atualidade



Passeata em Porto Alegre



Manifestação em Brasília



Ato no Rio no dia do Leilão



Acampamento em Brasília

Apesar da força da greve dos petroleiros e das diversas manifestações e mobilizações da categoria pelo país afora, junto com os movimentos sociais e centrais sindicais, o governo consolidou no dia 21 de outubro o primeiro leilão do regime de partilha. A nação brasileira, que antes tinha 100% de um dos maiores campos de petróleo já descobertos no mundo, agora terá, na melhor das hipóteses, 40% desse estratégico e cobiçado reservatório.

Por conta do leilão, 40% de Libra passarão para as mãos das multinacionais Shell e Total Elf e 20% serão controlados pelas estatais chinesas CNPC e CNOOC. A Petrobrás, que descobriu o campo, terá menos da metade do reservatório. Se não fosse a pressão dos movimentos sociais, a participação da empresa seria limitada aos 30% a que já tinha direito por conta da lei da partilha.

Apesar do modelo de partilha garantir ao Estado um controle maior sobre o petróleo produzido no pré-sal e a riqueza gerada por essas reservas, o fato é que o governo tomou a decisão errada, leilando um campo estratégico, que poderia,

por força da própria lei da partilha, ser integralmente da Petrobrás.

Com base nos bônus pagos, as empresas estrangeiras desembolsaram a bagatela de US\$1,36 para se apropriar de cada barril de petróleo extraído de Libra. As duas empresas chinesas, a Shell e a Total terão direito a pelo menos 1 bilhão e 850 milhões de barris cada uma, levando em consideração as atuais reservas estimadas para o campo, que podem ser ainda muito maiores.

Não concordamos com a tese de que os investimentos gerados por Libra significarão uma verdadeira revolução para o país, como alegou a presidenta Dilma em seu pronunciamento à Nação. Além de não cumprirem as metas de conteúdo nacional estipuladas pelo governo nos contratos, as petrolíferas estrangeiras precarizam as condições de trabalho, terceirizando praticamente toda a operação de suas plataformas, sem falar que são campeãs em ações antissindicais.

Desde a retomada da indústria naval, em 2003, nenhuma petrolífera privada

encomendou plataformas no Brasil. Segundo o sindicato do setor (Sinaval), dos 62 navios encomendados pela indústria de petróleo, 59 foram da Petrobrás e três da PDVSA (estatal venezuelana). A própria ANP já multou pelo menos 30% das empresas concessionárias de blocos por descumprirem as metas de conteúdo nacional e, ainda assim, as petrolíferas privadas continuam contratando no exterior encomendas e serviços.

Portanto, a luta contra os leilões de petróleo é mais do que legítima. É questão de soberania. Enquanto as principais nações produtoras de petróleo controlam com unhas e dentes as suas reservas, o Brasil caminha na direção contrária. Somente com o povo mobilizado nas ruas, conseguiremos estancar essa sangria.

A unidade das organizações sociais e sindicais em torno dessa luta foi uma das grandes vitórias da campanha contra o leilão de Libra. A FUP continuará adiante nessa batalha, fortalecendo a integração com os movimentos populares para que o petróleo possa ser de fato do povo brasileiro.

Luta contra os leilões de petróleo continua



Ato na sede da Petrobrás em Vitória



Passeata em Salvador



Ocupação do Ministério das Minas e Energia



Ato em Recife, em frente ao escritório da Petrobrás

O enfrentamento ao leilão de Libra unificou petroleiros e mais de 80 organizações populares e sindicais em uma ampla jornada de lutas, intensificada nos meses de setembro e outubro. Uma mobilização que despertou os brasileiros para um tema que até então se restringia às militâncias sindicais, alguns movimentos sociais e especialistas do setor.

A greve no Sistema Petrobrás atraiu os holofotes da mídia, divulgando nacionalmente o posicionamento firme dos petroleiros contra o leilão do maior campo de petróleo já descoberto no país. Diversos setores da sociedade se solidarizaram com a luta da categoria, ampliando o debate sobre a destinação do pré-sal e o seu modelo de produção.

Em Brasília, o front de luta foi o acampamento montado pela FUP em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), aliados históricos nas lutas contra os leilões de petróleo. De lá, foram organizadas ocupações de prédios do governo e ações no Congresso para buscar apoio dos parlamentares contra o leilão de Libra.

Nas principais capitais do país, os sindicatos da FUP retomaram os comitês regionais

de defesa da soberania. Foram realizados vários debates, reuniões de estudo, seminários, audiências públicas, em um esforço conjunto das militâncias para ampliar a luta contra a privatização do petróleo.

A FUP e seus sindicatos também buscaram através do judiciário a suspensão do leilão de Libra, ingressando com Ações Cíveis Públicas nos principais estados do país. Até o último instante, os petroleiros e os movimentos sociais e sindicais se mobilizaram para defender a soberania nacional. Uma luta que continuará e que deve ser fortalecida, pois novos leilões estão previstos e é preciso ganhar novos corações e mentes para essa batalha.

Apesar do governo ter mantido o leilão de Libra, a FUP e seus sindicatos fizeram a dis-

puta em todas as esferas, inclusive no próprio governo, dando exemplo de organização e resistência. Saímos fortalecidos dessa campanha para os próximos embates, com o desafio de envolvermos cada vez mais o povo brasileiro na disputa pela soberania energética. Uma luta que continuará e que deve ser fortalecida, pois novos leilões estão previstos e é preciso ganhar novos corações e mentes para essa batalha.



Ato na Avenida Paulista

Edição 1110 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Chico Zé, Mário, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria,